

País ainda tem muito a realizar para que economia fique menos vulnerável

Além do ajuste fiscal, crescimento sustentado exige medidas mais consistentes

Editoria de Arte

Andréa Dunningham

● Apesar dos recentes sinais positivos da economia brasileira — que a despeito da desvalorização tem se recuperado — os economistas recomendam cautela nas comemorações. O caminho para a busca do crescimento sustentado ainda é longo e requer, além do ajuste fiscal, um conjunto de medidas mais profundas para que o país reduza sua vulnerabilidade. Ou seja: embora o cenário para 99 esteja bem menos nebuloso que as previsões feitas em janeiro, o Brasil de hoje ainda é considerado frágil, podendo ser sacudido por novas crises.

— Saímos da UTI, mas estamos em convalescença — resume o economista Carlos Langoni.

Para o ex-ministro Marcílio Marques Moreira, é hora de transformar os avanços pontuais em estruturais. Da sua agenda, consta a reforma fiscal em primeiro plano, seguida das reformas administrativa, tributária, trabalhista e da Previdência. Há ainda a redução do custo Brasil (um conjunto de fatores que oneram a produção), o crescimento das exportações e o aumento da poupança interna — fundamental para que o país diminua sua dependência do capital externo.

Lauro Faria, economista da Fundação Getúlio Vargas, lembra que o Brasil precisa cumprir as metas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) pelos próximos três anos. Dentre os grandes desafios para o país, também estão a melhora do nível educacional e a redução das desigualdades. ■

O QUE FALTA PARA O PAÍS ATINGIR O CRESCIMENTO SUSTENTADO

REFORMAS

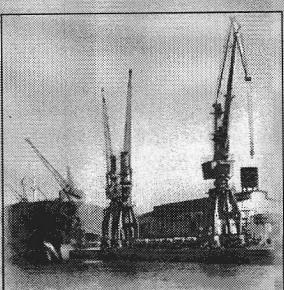
Além das reformas fiscal e da previdência, que prometem contribuir para a obtenção de superávits definitivos e para o aumento da poupança interna, há pelo menos outras quatro reformas em pauta: tributária, trabalhista, administrativa e política

POUPANÇA INTERNA

O país tem uma poupança interna equivalente a 19% do PIB. Para reduzir a dependência ao capital externo, é preciso aumentar a poupança para pelo menos 25% do PIB. No Chile, a taxa é de 28%. Nos países asiáticos, chega a 35%

EXPORTAÇÕES

O país precisa fortalecer suas exportações, o que quer dizer aumento de competitividade das empresas, revisão do sistema de linhas de créditos e reformulação da sua pauta de exportações. Segundo a Unctad, dos cem produtos de maior demanda no mundo, o Brasil só exporta móveis e fumo



CUSTO BRASIL

É preciso reduzir o chamado custo Brasil, um conjunto de fatores que afeta a competitividade do produto nacional. Exemplos são os custos portuários e a estrutura tributária brasileira, que tem vários impostos em cascata

JUROS

As taxas de juros ainda estão altas (para estimular o capital externo e inibir o consumo, medidas que ajudam a financiar o déficit e a segurar a inflação). A médio prazo, espera-se uma queda de juro real para menos de 10%

EDUCAÇÃO

O país precisa investir muito em educação. De acordo com o IBGE, 14,7% da população brasileira com mais de 15 anos é analfabeto. Se quiser diminuir a desigualdade, é preciso pensar na educação com prioridade



DESEMPREGO

Com o desemprego atingindo 7,6% da população economicamente ativa, o Brasil tem o desafio de aumentar o emprego na próxima década. A expectativa é de que o crescimento faça o emprego crescer, mas especialistas alertam que este cenário pode ser comprometido pelo baixo nível educacional da população

DESIGUALDADE

O desequilíbrio social no Brasil começou a crescer em 1960 e só em 1995 iniciou sua trajetória de queda. Ainda assim, na média nacional, a renda total dos 20% mais ricos é 3,8 vezes maior do que a soma dos rendimentos dos 50% mais pobres

INFLAÇÃO

A queda da inflação foi o principal mérito do Plano Real. Com a crise cambial, voltou a subir, mas apesar de previsões pessimistas, está novamente sob controle. O próximo passo será a adoção do "inflation target", um sistema de metas de inflação, que promete dar mais credibilidade ao país

